

Iracema Transmissora de Energia S.A.

**Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2023 e
Relatório do auditores independentes**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	6
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações dos resultados	11
Demonstrações dos resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	15



Relatório da Administração

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2023, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da **Iracema Transmissora de Energia S.A. (“Iracema” ou “Companhia”)** para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Carta do Presidente

Cenário

A **Iracema Transmissora de Energia S.A. (“Iracema” ou “Companhia”)** atua no segmento de transmissão de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 16 anos de existência. Em 2023, a Concessionária manteve as atividades de operação e manutenção de quatro subestações e 398,91km de linhas com capacidade instalada de 500 kV, autorizada conforme Contrato de Concessão nº 002/2008.

Transmissão

Contando com quatro subestações e 406,05 km de linhas de transmissão, nas tensões de 500 kV, a área de transmissão da Outorgada transporta energia recebida do Sistema Interligado (vide detalhamento no quadro abaixo). Além de usar suas linhas de transmissão para prover energia a consumidores no Piauí e Ceará, a Outorgada transmite energia para outras empresas usuárias do Sistema Interligado Brasileiro.

Linhas de Transmissão em Operação - Características Físicas

Linhas de Transmissão	Circuito	Tensão(Kv)	Extensão (Km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação comercial	Vencimento da Outorga
LT 500 kV CURR.NOV PIAUI II /MILAGRES II	1	500	220	--	2022	2038
LT 500 kV MILAGRES II /MILAGRES	1	500	4	--	2022	2038
LT 500 kV S.JOAO PIAUI /CURR.NOV PIAUI II	1	500	181,05	--	2011	2038

Linhas de Transmissão em Operação - Características financeiras – Projetos de Linhas

Linhas de Transmissão	Propriedade	RAP (R\$ Mil)	RAP Proporc. (R\$ Mil)	Ano de degrau da RAP	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
LT IRTE	IRTE	37.537	37.537	2026	Junho	IPCA

Projetos de Linhas – Evolução Física e Investimentos

Linha de transmissão - R\$ Mil	Evolução Física em 31/12/2022	Investimento Realizado até 31/12/2022	Evolução Física em 31/12/2023	Controladora
				Investimento realizado até 31/12/2023
Sociedade de Propósito Específico				
Seccionamento SE Milagres II	75%	31.216	25%	37.442
Total		31.216		37.442

Em 31/12/2022, o projeto de reforço Seccionamento SE Milagres II (REA N° 8.677/20) atingiu uma evolução física de 75% da conclusão do projeto. Em 31/12/2023, o projeto atingiu uma evolução física acumulada de 100% da conclusão do projeto, de forma que a previsão de início de operação comercial foi antecipada para Novembro de 2022.

Em vista das linhas em operação, da entrada em operação comercial das linhas em construção, inclusive dos novos reforços com respectiva RAP e autorizados pela ANEEL e dos projetos vencidos mediante licitação, a RAP esperada - sem considerar novos projetos é de R\$ 39.161 mil para 2024 (evolução de 2% em relação a 2023) e de R\$ 40.616 mil para 2025 (evolução de 4% em relação a 2024), conforme quadro a seguir:

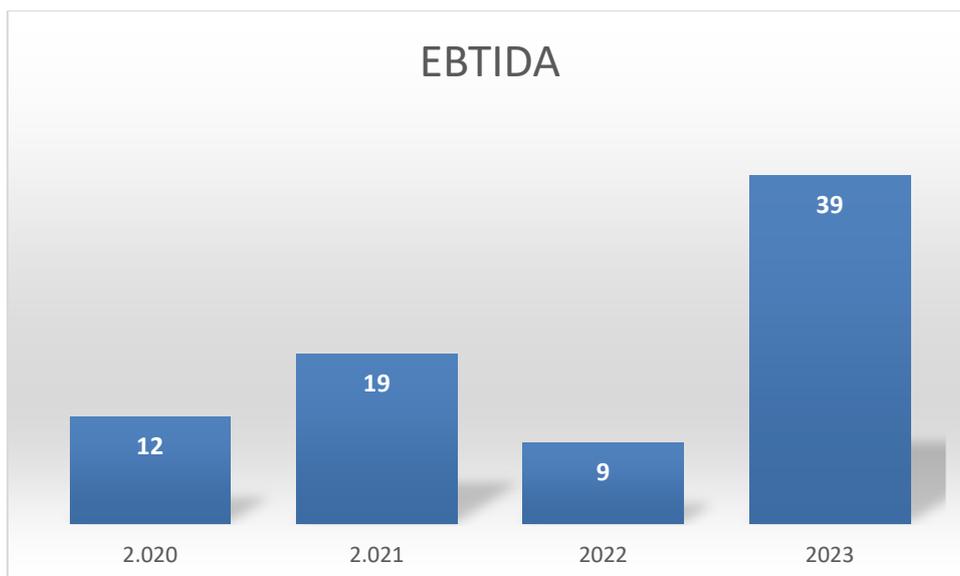
Em milhares de reais						
2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
31.330	37.537	39.161	40.616	42.038	43.509	45.032

Desempenho econômico-financeiro

Em 2023, o lucro líquido foi de R\$ 23 milhões, contra R\$ 0,2 milhões em 2022, um crescimento de 9.441%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 49 milhões, enquanto em 2022 situou-se em R\$ 30 milhões. Esse aumento de 67 % resulta o aumento da receita de encargos de transmissão de R\$ 26 milhões em 2022 para R\$ 37 milhões em 2023 e da receita de novas obras RBNI de R\$ 6 milhões em 2022 para R\$ 13 milhões em 2023 combinado com os efeitos do reajuste médio tarifário que em 2023 sofreu aumento de 27%

Os custos operacionais totalizaram em 2023 R\$ 22 milhões, 22% inferiores em relação à 2022, destacando-se os custos com: Material R\$ 1,4 milhões em 2023 R\$ 9,5 milhões em 2022 decorrente da baixa do adiantamento do projeto de reforço para instalação da compensação série 240 MVar da linha de transmissão 500Kv de São João do Piauí Milagres II que foi cancelado em 2022.

A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 7% contra 0,1% em 2022. O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 39 milhões, superior em 333% a 2022, que foi de R\$ 9 milhões, conforme evolução abaixo:



Serviços de Auditoria Externa

Em 2023 a empresa teve como auditor Independente exclusivo a KPMG Auditores Independentes. O primeiro contrato com a KPMG Auditores Independentes foi assinado em 12 de maio de 2020 com vigência efetiva até o fim de cada ciclo de auditoria sendo este contrato renovado anualmente.

Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela Revisão da NBC 17, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, os auditores independentes da Companhia Exerceram tão e somente serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços. Demonstramos no quadro abaixo a remuneração (honorários e serviços) relacionada aos serviços de auditoria externa:

Remuneração Relacionada aos Serviços de auditoria Externa	
Auditor Independente (em milhares de reais)	2023
KPMG Auditores Independentes	38
Total	38

A companhia tem como prática alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Iracema Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Iracema Transmissora de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Iracema Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Iracema Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Iracema Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 01 de março de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	42.929	17.791
Concessionárias e permissionárias	9	13.160	3.685
Contas a receber - partes relacionadas	26	3.549	2.657
Almoxarifado		2.608	3.349
Adiantamento a fornecedores		94	22
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		3.619	1.878
Outros impostos a recuperar		458	574
Outros ativos circulantes		990	1.897
		<u>67.407</u>	<u>31.853</u>
Ativo não circulante			
Impostos diferidos	10	2.454	5.499
Outros ativos não circulantes		568	504
Imobilizado não vinculado à concessão	11	675	872
Imobilizado	11	269.036	275.400
Intangível	12	5.225	4.721
		<u>277.958</u>	<u>286.996</u>
Total do ativo		<u>345.365</u>	<u>318.849</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores – terceiros	13	6.662	3.646
Fornecedores - partes relacionadas	26	3.022	2.017
Obrigações sociais e trabalhistas	14	3.443	3.780
Imposto de renda e contribuição social a pagar		588	-
Outros impostos a pagar		1.467	686
Taxas regulamentares	15	262	1.886
		15.444	12.015
Passivo não circulante			
Provisão para contingências	16	570	504
Obrigações especiais	17	8.284	8.708
		8.854	9.212
Patrimônio líquido	18		
Capital social		318.462	318.462
Lucro (prejuízo) acumulado		2.605	(20.840)
		321.067	297.622
Total do passivo e do patrimônio líquido		345.365	318.849

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	19	49.416	29.561
Custo da operação	20	<u>(22.087)</u>	<u>(28.370)</u>
Lucro bruto		27.329	1.191
Despesas gerais e administrativas	21	(2.322)	(4.088)
Outras despesas/receitas operacionais	23	<u>(609)</u>	<u>814</u>
Lucro antes do resultado financeiro		24.398	(2.083)
Resultado financeiro	24	<u>3.484</u>	<u>1.542</u>
Receita financeira		3.516	1.730
Despesa financeira		(32)	(188)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		<u>27.882</u>	<u>(541)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	25	(1.392)	42
Imposto de renda e contribuição social diferido	10/ 25	<u>(3.045)</u>	<u>745</u>
Lucro líquido do exercício		<u>23.445</u>	<u>246</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	23.445	246
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de outros resultados abrangentes	<u>23.445</u>	<u>246</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Lucros/ (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	318.462	(21.086)	297.376
Lucro líquido do exercício	-	246	246
Saldo em 31 de dezembro de 2022	318.462	(20.840)	297.622
Lucro líquido do exercício	-	23.445	23.445
Saldo em 31 de dezembro de 2023	318.462	2.605	321.067

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo)/ Lucro do exercício antes dos impostos		27.882	(541)
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Depreciação e amortização	11/ 12	11.803	10.204
Reversão de depreciação acumulada por obsolescência		-	(36)
Baixa de imobilizado e intangível	11/ 12	-	685
Amortização - Obrigações especiais		(425)	(425)
Provisão para perda de crédito esperada	9	4	135
Provisão para contingência	16	67	504
(Aumento) redução nos ativos			
Concessionárias e permissionárias		(9.479)	400
Contas a receber - partes relacionadas		(892)	(909)
Imobilizado e intangível		798	51
Almoxarifado		741	73
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(1.741)	(50)
Outros impostos a recuperar		116	279
Adiantamentos a fornecedores		(72)	19
Outros ativos		843	(761)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores – terceiros		3.016	(4.012)
Fornecedores – partes relacionadas		1.005	859
Imposto de renda e contribuição social a pagar		960	1.073
Outros impostos a pagar		5.876	2.570
Taxas regulamentares		(1.624)	272
Outros impostos pagos		(5.095)	(2.366)
Obrigações sociais e trabalhistas		(337)	992
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		33.446	9.016
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(1.765)	(1.062)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		31.681	7.954
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	11/ 12	(6.543)	(7.601)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento		(6.543)	(7.601)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		25.138	353
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		17.791	17.438
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		42.929	17.791

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A Iracema Transmissora de Energia S.A. (“Iracema” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de novembro de 2007. Sua sede está localizada Av. Presidente Vargas, nº 955, 14º andar, sala 1401 (parte), Centro, Rio de Janeiro, RJ. Possui três filiais localizadas no Estados de Ceará, Piauí e São Paulo.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia iniciou suas operações em 07 de dezembro de 2010, e tem por objeto social a explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1 Da concessão

A Companhia detém a concessão para construção, operação e manutenção e instalação de transmissão compostas pela linha de transmissão e 500Kv, circuito simples, com extensão aproximada de 400 Km, com origem na Subestação São João do Piauí, no Estado do Piauí e término da Subestação Milagres no Estado do Ceará; entradas de linha, conexão de reatores, barramentos, reatores, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. As suas atividades estão reguladas pelo Contrato de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica nº 002/2008, firmado com a ANEEL, com um prazo de 30 anos, contados a partir de 17 de março de 2008.

A Companhia entrou em operação no dia 7 de dezembro de 2010 e teve o termo de liberação provisório emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) em 1º de março de 2011.

De acordo com a Resolução Autorizativa nº 8.677/20, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, autoriza a Companhia a implantar os reforços em instalação de transmissão de energia elétrica sob sua responsabilidade referentes ao empreendimento: T2019-088 – Seccionamento da LT 500Kv Milagres – Curral Novo do Piauí II C1 na SE Milagres II.

1.2 Receita anual permitida (RAP)

A RAP será corrigida nos cinco primeiros anos pelo IPCA e revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, até o décimo quinto ano levando

em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) e Taxa Referencial de Mercado (“TRM”), definida no contrato.

O valor anual definido para a Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 13.757 (treze milhões, setecentos e cinquenta e sete mil reais) (histórico) e será corrigido anualmente no mês de julho pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do contrato de concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato de concessão.

Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 29.594 (vinte e nove milhões, quinhentos e noventa e quatro mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Em 12 de julho de 2022, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 33.065 (trinta e três milhões, sessenta e cinco mil reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

Em 04 de julho de 2023, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.216/2023 estabeleceu a RAP em R\$ 42.009 (quarenta e dois milhões e nove mil reais) para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o ONS.

1.3 Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos

titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

1.4 Revisão Tarifária Periódica

Em 13 de Junho de 2023, a ANEEL, através da resolução homologatória nº 3.205/2023, homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida – RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia, com um índice de reposicionamento nominal de 11,65%, devendo ser aplicados sobre as parcelas das instalações da Rede Básica – RBL e, quando for o caso, sobre as Demais Instalações de Transmissão – RPEC.

Em 05 de dezembro de 2023 foi emitido o Despacho nº 4.675, corrigindo os valores da Resolução Homologatória nº 3.216, de 4 de julho de 2023. A correção da RAP foi realizada ainda dentro do exercício fiscal de 2023 e o direito da concessionária de ser remunerada pela RAP corrigida foi refletido no ativo contratual, assim como o valor a receber foi provisionado de acordo com a competência.

A revisão tarifária periódica é feita a cada 5 anos.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 3 e 6, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas pela Administração em 29 de abril de 2024.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, estimativa decorrente do ativo diferido sobre prejuízos fiscais, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impostos diferidos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

3.1 Informação de políticas contábeis materiais

A entidade adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota 4 Principais práticas contábeis regulatórias (2022: Principais políticas contábeis) e 5 Resumo das práticas contábeis materiais em determinados casos, de acordo com as alterações.

4 Principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas nas páginas 19 a 25, exceto quanto ao que se estabelece abaixo :

4.1 Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resoluções vigentes emitidas pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigentes veja nota explicativa 11 - Imobilizado e 12 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo `Em curso` correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

4.2 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4.3 Obrigações especiais vinculadas à concessão

A obrigação especial trata-se de uma doação compulsória que a empresa tem que receber devido a compartilhamentos de subestações. Conforme definições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico o saldo de obrigações especiais deverá ser amortizado aplicando-se a taxa média da atividade.

5 Resumo das práticas contábeis materiais (regulatórias e societárias)

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

5.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para Perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

5.3 Almoxarifado

O almoxarifado é composto essencialmente por materiais de almoxarifado que são consumidos conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício e máquinas equipamentos para substituição do ativo imobilizado que são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

O custo do almoxarifado é baseado no método de alocação de custo médio. As provisões para almoxarifado de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

5.4 Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

5.5 Impostos

Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica

As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquota de 1,65%, e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 7,6%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) – Impostos Correntes

A tributação pela sistemática do Lucro Real considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais) no ano e a CSLL à alíquota de 9%.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

5.6 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos

monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

5.8 Ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

5.9 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

5.10 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

- **Classificação e mensuração** – Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:
 - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
 - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) -** Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
 - **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

- (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

5.11 Fluxo de caixa

As demonstrações do fluxo de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

5.12 Transação com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras regulatórias da companhia.

(a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

(b) Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”) (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição

da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

(c) Outras normas Contábeis:

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias.

Quantos aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias.

7 Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		67.407	26.103	93.510	31.853	23.317	55.170
Caixa e equivalentes de caixa		42.929	-	42.929	17.791	-	17.791
Concessionárias e permissionárias		13.160	-	13.160	3.685	-	3.685
Contas a receber – partes relacionadas		3.549	-	3.549	2.657	-	2.657
Almoxarifado		2.608	-	2.608	3.349	-	3.349
Adiantamentos a fornecedores		94	-	94	22	-	22
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		3.619	-	3.619	1.878	-	1.878
Outros impostos a recuperar		458	-	458	574	-	574
Ativo de concessão (contratual)	a	-	26.103	26.103	-	23.317	23.317
Outros ativos circulantes		990	-	990	1.897	-	1.897
Ativo não circulante		277.958	(9.664)	268.294	286.996	(25.637)	261.359
Ativo de concessão (contratual)	a	-	267.017	267.017	-	259.714	259.714
Impostos diferidos	c	2.454	(2.454)	-	5.499	(5.499)	-
Outros ativos não circulantes		568	-	568	504	-	504
Imobilizado não vinculado à concessão		675	-	675	872	-	872
Imobilizado	b	269.036	(269.006)	30	275.400	(275.136)	264
Intangível	b	5.225	(5.221)	4	4.721	(4.716)	5
		345.365	16.439	361.804	318.849	(2.320)	316.529

Iracema Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2023

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Passivo circulante		15.444	-	15.444	12.015	-	12.015
Fornecedores terceiros		6.662	-	6.662	3.646	-	3.646
Fornecedores partes relacionadas		3.022	-	3.022	2.017	-	2.017
Obrigações Sociais e Trabalhistas		3.443	-	3.443	3.780	-	3.780
Imposto de renda e contribuição social a pagar		588	-	588	-	-	-
Outros impostos a pagar		1.467	-	1.467	686	-	686
Taxas regulamentares		262	-	262	1.886	-	1.886
Passivo não circulante		8.854	21.268	30.122	9.212	10.768	19.980
Provisão para contingências		570	-	570	504	-	504
Impostos diferidos	c	-	29.552	29.552	-	19.476	19.476
Obrigações especiais	f	8.284	(8.284)	-	8.708	(8.708)	-
Patrimônio líquido		321.067	(4.829)	316.238	297.622	(13.088)	284.534
Capital social		318.462	-	318.462	318.462	-	318.462
Prejuízo acumulado	d/e	2.605	(4.829)	(2.224)	(20.840)	(13.088)	(33.928)
		345.365	16.439	361.804	318.849	(2.320)	316.529

Iracema Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2023

		31/12/2023			31/12/2022		
	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	49.416	9.914	59.330	29.561	20.147	49.708
Custo da operação	e	<u>(22.087)</u>	<u>4.365</u>	<u>(17.722)</u>	<u>(28.370)</u>	<u>(9.410)</u>	<u>(37.780)</u>
Lucro bruto		27.329	14.279	41.608	1.191	10.737	11.928
Despesas gerais e administrativas		(2.322)	-	(2.322)	(4.088)	-	(4.088)
Outras (despesas) / receitas operacionais		<u>(609)</u>	<u>-</u>	<u>(609)</u>	<u>814</u>	<u>-</u>	<u>814</u>
Resultado antes do resultado financeiro		24.398	14.279	38.677	(2.083)	10.737	8.654
Resultado financeiro		3.484	-	3.484	1.542	-	1.542
Receita financeira		3.516	-	3.516	1.730	-	1.730
Despesa financeira		<u>(32)</u>	<u>-</u>	<u>(32)</u>	<u>(188)</u>	<u>-</u>	<u>(188)</u>
Lucro antes dos impostos		27.882	14.279	42.161	(541)	10.737	10.196
Imposto de renda e contribuição social corrente		(1.392)	-	(1.392)	42	-	42
Imposto de renda e contribuição social diferido	c	<u>(3.045)</u>	<u>(6.020)</u>	<u>(9.065)</u>	<u>745</u>	<u>(4.289)</u>	<u>(3.544)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>23.445</u>	<u>8.259</u>	<u>31.704</u>	<u>246</u>	<u>6.448</u>	<u>6.694</u>

7.1 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio Líquido Societário	316.238	284.534
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(293.120)	(283.031)
Impostos Diferidos Ativos	2.454	5.499
Imobilizado	269.006	275.136
Intangível	5.221	4.716
Impostos Diferidos Passivos	29.552	19.476
Obrigações especiais	(8.284)	(8.708)
Patrimônio Líquido Regulatório	321.067	297.622

7.2 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro Líquido Societário	31.704	6.694
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato conforme CPC 47	(23.683)	(22.374)
Margem de construção	33.105	1.927
Outras receitas	(20.346)	(1.754)
PIS/COFINS Diferido	1.010	2.054
Depreciação e amortização regulatória	(11.159)	(9.581)
Custo de Construção	6.241	18.473
Custo de Operação e Manutenção	553	518
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	6.020	4.289
Lucro Líquido Regulatório	23.445	246

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a. *Ativo de concessão*

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuada nos ativos de concessão é registrada na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

b. *Imobilizado e intangível*

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional é reconhecido como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c. *Impostos diferidos*

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d. *Receita*

- (b) **Receita de construção** - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

- (c) **Remuneração do ativo contratual de concessão** - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.
- (c) **Receita de operação e manutenção** - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas demonstrações contábeis regulatórias apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 4.2.

e. *Custo de operação e manutenção e custo de construção*

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas Demonstrações Contábeis

Regulatórias os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

f. Obrigações especiais

Diferença entre a Demonstração Contábil Regulatória e a Demonstração Financeira Societária (DF) referente as obrigações especiais, que na DF para uma melhor apresentação foi absorvida do total do ativo imobilizado em serviço e na demonstração contábil regulatória para uma melhor apresentação das movimentações do imobilizado, foi mantido os registros das obrigações especiais em outros passivos não circulantes e no ativo imobilizado.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Banco	503	437
Aplicações financeiras (i)	42.426	17.354
	42.929	17.791

- (i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma taxa de remuneração média de 103,43% do CDI em 2023 e 102,99% do CDI em 2022. A variação positiva no caixa da empresa refere-se a sobra de caixa aplicadas no exercício em função principalmente de maiores receitas como o reajuste anual de RAP (correção da inflação), não pagamento de dividendos, redução expressiva dos gastos para a implantação de projeto de reforço e aumento da receita financeira em função do CDI ainda permanecer em um patamar elevado.

9 Concessionárias e permissionárias

Todos os todos clientes da Companhia são classificados como industriais ou estão envolvidos na prestação de serviços diretamente relacionados à indústria.

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	12.157	3.463
Vencidas até 30 dias	15	6
Vencidas até 60 dias	130	1
Vencidas até 90 dias	344	2
Vencidas até 120 dias	119	1
Vencidas até 180 dias	74	163
Vencidas entre 180 e 360 dias	30	22
Vencidas acima de 360 dias	491	224
	13.360	3.881
Provisão para perda de crédito esperada (PCE) (i)	(200)	(196)
	13.160	3.685

- (i) A Companhia não possui títulos renegociados em sua composição do saldo de contas a receber.

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2023	31/12/2022
--	------------	------------

Saldo inicial	(196)	(61)
Reversão	1	34
Complemento de provisão (i)	(5)	(169)
Saldo final	(200)	(196)

- (i) A movimentação refere-se principalmente ao AVC complementar do grupo Quinturará, que foi provisionado em 2022 e ainda não foi recebido.

10 Impostos diferidos

Os tributos diferidos ativos foram constituídos sobre o prejuízo fiscal da Companhia, conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
IR Diferido ativo (Prejuízos fiscais)	1.804	4.043
CSLL Diferida ativa (Prejuízos fiscais)	650	1.456
	2.454	5.499

Variações dos tributos diferidos ativos são as seguintes:

	Ativo
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.499
Efeitos reconhecidos no resultado IR e CSLL diferidos	(3.045)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.454
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.754
Efeitos reconhecidos no resultado IR e CSLL diferidos	745
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.499

11 Imobilizado

a. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas.
Ativo imobilizado em serviço												
Transmissão	346.542	-	-	38.255	384.797	38.255	(121.276)	263.521	236.834	(11.823)	3.539	(8.284)
Terrenos	158	-	-	-	158	-	-	158	158	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	8.956	-	-	1.993	10.949	1.993	(3.616)	7.333	5.717	(1.570)	436	(1.134)
Máquinas e equipamentos	336.671	-	-	35.951	372.622	35.951	(117.295)	255.327	230.453	(10.239)	3.097	(7.142)
Veículos	736	-	-	310	1.046	310	(351)	695	498	-	-	-
Móveis e utensílios	21	-	-	1	22	1	(14)	8	8	(14)	6	(8)
Administração	352	-	(213)	8	147	205	(129)	18	243	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	213	-	(213)	-	-	(213)	-	-	211	-	-	-
Máquinas e equipamentos	139	-	-	8	147	8	(129)	18	32	-	-	-
	346.894	-	(213)	38.263	384.944	38.050	(121.405)	263.539	237.077	(11.823)	3.539	(8.284)
Ativo imobilizado em curso												
Transmissão	38.303	5.991	(554)	(38.255)	5.485	(32.818)	-	5.485	38.303	-	-	-
Máquinas e equipamentos	558	291	-	(196)	653	95	-	653	558	-	-	-
Outros	37.745	5.700	(554)	(38.059)	4.832	(32.913)	-	4.832	37.745	-	-	-
Administração	20	-	-	(8)	12	(8)	-	12	20	-	-	-
Máquinas e equipamentos	20	-	-	(8)	12	(8)	-	12	20	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	38.323	5.991	(554)	(38.263)	5.497	(32.826)	-	5.497	38.323	-	-	-
Ativo imobilizado	385.217	5.991	(767)	-	390.441	5.224	(121.405)	269.036	275.400	(11.823)	3.539	(8.284)

Iracema Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2023

	Valorem 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições liquidadas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Liquidadas.
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	2.022	-	-	-	2.022	-	(1.347)	675	872	-	-	-
Ativo não vinculado	2.022	-	-	-	2.022	-	(1.347)	675	872	-	-	-

b. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%) (i)	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Transmissão	7,81%	384.797	(121.276)	263.521	236.834
Administração	7,51%	147	(129)	18	243
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	<u>2.022</u>	<u>(1.347)</u>	<u>675</u>	<u>872</u>
		<u>386.966</u>	<u>(122.752)</u>	<u>264.214</u>	<u>237.949</u>

- (i) Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação e amortização (%)
Imobilizado – transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Pára-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Equipamentos de Informática	16,67%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%
Imobilizado não vinculado à concessão (i)	
Máquinas e equipamentos	10,00%

- (i) O ativo imobilizado apresentado no Grupo de Atividades não vinculadas a concessão de serviço público de energia elétrica tem depreciação alinhada com a legislação fiscal. Assim, aplicamos a taxa de 10% ao ano visto que consideramos a vida útil econômica dos itens alinhados com a norma fiscal.

11.1 A composição das adições do ativo imobilizado **em curso** por tipo de gasto capitalizado é como segue:

	Material/ Equipamentos
Transmissão	
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	212
Máquinas e Equipamentos	291
Veículos	343
Outros	5.145
Total das adições	5.991

11.2 As dez principais adições / transferências (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço em 2023

Adições do ativo imobilizado em Serviço

Transmissão - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1. CONDUTOR - 4 POR FASE (1603 KG/KM) ALUMINIO ALMA DE ACO ISOLAMENTOR: NU BITOLA: 954 MCM TRIFASICO	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.558
2. CONDUTOR - 4 POR FASE (1603 KG/KM) ALUMINIO ALMA DE ACO ISOLAMENTO: NU BITOLA: 954 MCM TRIFASICO	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.558
3. DJ 15C4 RESISTOR PRE-INS V:550.000 C.NOM: 4.000 A GAS SF6 CAP. INTE. -KA-: 50,00, GE, GL317,ANO:2021, N.3330730010001, VAO C4 LT MILAGRES-GE	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.178
4. DJ 15C6 RESISTOR V:550.000 COR NOM: 4.000 A GAS SF6 CAP. INTERRUP. -KA-: 50,00, GE, MOD.GL317,ANO:2021, N.3330730020002, VAO C6 LT C.NOVO-GE	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.178
5. DJ 15D2 RESISTOR V:550.000 COR NOM: 4.000 A GAS SF6 CAP. INTERRUP. -KA-: 50,00, GE, MOD.GL317,ANO:2021, N.3330730020001, VAO C6 LT C.NOVO-GE	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.178
6. CASA DE COMANDO EM ALVENARIA, SALA DE CONTROLE, SALA, COPA, BANHEIRO MASCULINO E BANHEIRO UNIVERSAL (23,05 X 6,40 M = 148 M2), PATIO	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.139
7. SISTEMA DE VIGILANCIA ELETRONICA	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.138
8. SISTEMA DE COLETA DE OLEO ISOLANTE CAIXA SEPARADORA AGUA- OLEO DOS REATORES 05E3, SETOR DOS REATORES 05E3	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	881
9. MALHA DE TERRA, PATIO	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	818
10. TORRE TIPO DE TORRE: AUTOPORTANTE TIPO DO MATERIAL: METALICA ALTURA M: 37,00 CARREGAMENTO/ESFORCO DAN: 5.766, MODELO CMCR	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	765
Total das adições		13.391

Administração - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1. MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL LATITUDE 14 7480	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	7
2. MONITOR DELL DE 27" POLEGADAS P2717H	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1
Total das adições		8

11.3 As principais baixas (pelo critério de valor) do ativo imobilizado em serviço em 2023

No exercício de 2023 não foram realizadas baixas de ativos imobilizado em serviço, somente compensações de adiantamento a fornecedores incorridos durante a fase construção.

12 Intangível

a. Mapa de Intangível

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Ativo intangível em serviço									
Transmissão	4.808	-	-	538	5.346	538	(140)	5.206	4.683
Servidões	4.656	-	-	538	5.194	538	-	5.194	4.656
Softwares	152	-	-	-	152	-	(140)	12	27
Administração	133	-	-	3	136	3	(132)	4	3
Licença de Uso de Software	6	-	-	3	9	3	(7)	2	2
Softwares	127	-	-	-	127	-	(125)	2	1
	4.941	-	-	541	5.482	541	(272)	5.210	4.686
Ativo intangível em curso									
Transmissão	33	551	(31)	(538)	15	(18)	-	15	33
Servidões	-	538	-	(538)	-	-	-	-	-
Softwares	33	13	(31)	-	15	(18)	-	15	33
Administração	2	1	-	(3)	-	(2)	-	-	2
Softwares	2	1	-	(3)	-	(2)	-	-	2
	35	552	(31)	(541)	15	(20)	-	15	35
Ativo Intangível	4.976	552	(31)	-	5.497	521	(272)	5.225	4.721

Iracema Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2023

Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	47	-	-	-	47	-	(47)	-	-
Ativo não vinculado	47	-	-	-	47	-	(47)	-	-

b. Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de amortização (%) (i)	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Transmissão	15,00%	5.346	(140)	5.206	4.683
Administração	10,00%	136	(132)	4	3
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	20,00%	47	(47)	-	-
		5.529	(319)	5.210	4.686

- (i) Para a identificação da taxa anual média de amortização, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

12.1 A composição das adições do ativo intangível em curso por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Adições do Intangível em curso	Total
Transmissão	
Software	13
Servidão	538
Total das adições	551
Administração	
Software	1
Total das adições	1

12.2 As principais adições/ transferências (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2023

Adições do Intangível em Serviço		
Transmissão - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1. SERVIDAO IRTE-SECC-MIL2-029 PROPRIETARIO JOSE ROBERCIO OLIVEIRA MORAIS, CPF 312.652.943-72, 55.568 M2, MILAGRES - CE	SERVIDOES	75
2. SERVIDAO IRTE-SECC-MIL2-047 PROPRIETARIO DJALMA SOBREIRA DANTAS JUNIOR, CPF 312.633.643-49, 37.015 M2, MILAGRES - CE	SERVIDOES	67
3. SERVIDAO IRTE-SECC-MIL2-0002 PROPRIETARIO FRANCISCO LUIZ GONCALVES DE LUCENA, CPF 312.635.853-53, 27.473 M2, MILAGRES - CE	SERVIDOES	50
4. SERVIDAO IRTE-SECC-MIL2-048 PROPRIETARIO DJALMA SOBREIRA DANTAS JUNIOR, CPF 312.633.643-49, 25.905 M2, MILAGRES - CE	SERVIDOES	43
5. SERVIDAO IRTE-SECC-MIL2-0001 PROPRIETARIO DJALMA SOBREIRA DANTAS JUNIOR, CPF 312.633.643-49, 20.289 M2, MILAGRES - CE	SERVIDOES	32
6. SERVIDAO IRTE-SECC-MIL2-024 PROPRIETARIO JOSE ROBERCIO OLIVEIRA MORAIS, CPF 312.652.943-72, 55.568 M2, MILAGRES - CE	SERVIDOES	25
7. SERVIDAO IRTE-SECC-MIL2-0046 PROPRIETARIO MARIA DAS GRACAS MARTINS DE OLIVEIRA, CPF 369.703.953-91, 13.865 M2, MILAGRES - CE	SERVIDOES	22
8. SERVIDAO IRTE-SECC-MIL2-0004 PROPRIETARIO MARIA DAS GRACAS MARTINS DE OLIVEIRA, CPF 369.703.953-91, 13.318 M2, MILAGRES - CE	SERVIDOES	22
9. SERVIDAO IRTE-SECC-MIL2-0003 PROPRIETARIO DJALMA SOBREIRA DANTAS JUNIOR, CPF 312.633.643-49, 10.771 M2, MILAGRES - CE	SERVIDOES	19
10. SERVIDAO IRTE-SECC-MIL2-0020 PROPRIETARIO CICERO ROBERTO IRINEU LEONEL, CPF 024.212.973-03, 3.900 M2, MILAGRES - CE	SERVIDOES	15
Total das adições		370

Administração - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1. LICENCA DE USO CESSAO E BASE DE DADOS	SOFTWARE	1
2. SISTEMA AHGORA PONTOWEB	SOFTWARE	1
3. DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR	SOFTWARE	1
Total das adições		3

12.3 As dez principais baixas (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2023

No exercício de 2023 não foram realizadas baixas de ativos intangível em serviço.

13 Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para encerramento de obra (i)	4.063	-
Fornecedores relacionados à construção (ii)	2.292	3.221
Gastos ambientais e fundiários	70	39
Serviços	210	150
Outros	27	236
	6.662	3.646

- (i) Variação refere-se ao encerramento do projeto de reforço do banco reator da linha de transmissão de 500Kv da subestação Curral Novo.
- (ii) Variação refere-se substancialmente a implementação do projeto de reforço para execução do seccionamento da linha de transmissão de 500Kv da subestação Milagres II.

14 Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de Férias	1.162	1.410
Provisão de Bônus (i)	2.092	2.129
IRRF Funcionários	189	241
	3.443	3.780

- (i) O Programa de Bônus é uma ferramenta de gestão e um plano motivacional que dá aos funcionários a oportunidade de receber o reconhecimento da empresa por suas conquistas. O bônus de um funcionário é medido com base nos resultados do KPI (Key Performance Indicators Program) e do PAP (Performance Assessment Program). Variação refere-se a atualização de métrica na provisão de bônus adequando-se ao histórico de pagamento e considerando os targets dos KPIs para fins de cálculo de bonificação dos últimos anos.

15 Taxas regulamentares

	31/12/2023	31/12/2022
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	161	316
CDE a pagar (ii)	4	-
Taxa de fiscalização (TFSEE) (iii)	16	162
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iv)	81	1.408
	262	1.886

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto n.º 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 04 de agosto de 2023, através do Despacho n.º 2.737 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2023 a junho de 2024 de R\$ 101 (cento e um mil reais).

(ii) CDE

Conforme disposto na Resolução ANEEL 929/2021, as transmissoras de energia elétrica devem destinar 0,12% da ROL à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE até 31/12/2025. A CDE é um fundo do setor elétrico que tem como objetivo o desenvolvimento energético do país. A partir de 01/01/2026 este percentual será revertido para a execução de projetos de P&DI.

(iii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427 de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 20 de julho de 2023, através do Despacho nº 2.469 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas as competências de julho de 2023 a junho de 2024 de R\$ 187 (cento e oitenta e sete mil reais).

(iv) P&D

Conforme a Resolução Aneel 929 de 2021, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento da ANELL, sendo 0,28% para projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

Variação é referente a encerramento do projeto gestão que teve impacto de aproximadamente R\$ 1.700 (um milhão e setecentos mil)

16 Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia, constitui provisões para riscos envolvendo questões ambientais, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Ambientais (i)	560	504
Cíveis (ii)	2	-
Servidões (iii)	8	-
	<u>570</u>	<u>504</u>

- (i) O valor em questão é proveniente do auto de infração 02007.0000527/2012-41, que trata de uma multa ambiental por suposta prática de coleta de espécies em desacordo com a licença ambiental. atualmente o procedimento administrativo encontra-se em fase recursal, com decisão administrativa desfavorável a companhia.
- (ii) O valor em questão é oriundo dos honorários do processo 0002885-90.2017.8.06.0149, que trata de uma reintegração de posse onde a IRTE realizou acordo extrajudicial e desistiu da ação.
- (iii) O valor em questão decorre do processo de constituição de servidão 0000523-22.2009.8.06.0109, o processo atualmente está em fase recursal, após sentença que fixou a condenação no valor de R\$ 9 (nove mil reais).

Nesse sentido, a movimentação do saldo de provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Ambientais	Cíveis	Fundárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	504	-	-	504
Adições e reversões, líquidas (i)	(296)	2	8	(286)
Atualização monetária	352	-	-	352
Saldo em 31 de dezembro de 2023	560	2	8	570
	Ambientais	Cíveis	Fundárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-
Adições e reversões, líquidas (i)	504	-	-	504
Saldo em 31 de dezembro de 2022	504	-	-	504

- (i) As reversões em matéria ambiental decorrem basicamente decisão indeferindo o recurso e estabelecendo a sanção de multa simples, em definitivo, no valor de R\$ 208 (duzentos e oito mil reais) dos valores envolvidos no auto de infração 02007.0000527/2012-41. As adições cíveis e fundárias decorrem da alteração de prognóstico de possível para provável dos processos 0002885-90.2017.8.06.0149 e 0000523-22.2009.8.06.0109, respectivamente.

Contingências possíveis (não provisionados)

As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos trabalhistas, ambientais, cíveis e servidões, conforme segue.:

	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas (i)	1.324	296
Ambientais (ii)	257	-
Cíveis (iii)	465	2.583
Servidões (iv)	65	444
	<u>2.111</u>	<u>3.323</u>

Dentre os processos relevantes cujo o risco de perda é considerado possível destacamos:

- (i) Processos trabalhistas: A maior variação refere-se a 21 reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados de terceiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias, diferenças de verbas rescisórias e outras; o valor de risco das ações totaliza R\$1.323 (um milhão, trezentos e vinte e três mil reais). Os processos estão em fase inicial ainda não julgados. A variação dos valores envolvidos entre 2023 e 2022 decorre dos valores de exposição dos novos casos.
- (ii) Processos cíveis: A redução dos valores entre 2023 e 2022 decorre de alterações no processo 0025826-86.2016.4.01.3400, após decisões preliminares a maior parte da exposição foi reclassificada para remota R\$ 2.317 (dois milhões e trezentos e dezessete reais), mantendo um risco possível de R\$ 257 (duzentos e cinquenta e sete mil reais), em virtude da discussão atual no processo recair sobre questões regulatórias a natureza do processo foi reclassificada para regulatório.
- (iii) Processos regulatórios: Refere-se ao processo 0025826-86.2016.4.01.3400 que busca a Suspensão da aplicação dos descontos em face de atraso na entrada em operação das instalações do Leilão de Transmissão da ANEEL nº 0042007. O risco do processo é mensurado em R\$ 257 (duzentos e cinquenta e sete mil reais) pelo escritório.
- (iv) Servidões: Referem-se a 15 ações ajuizadas pela Companhia para implementar servidão administrativa de passagem em áreas específicas (fração de imóveis) onde são instaladas as torres de transmissão de energia elétrica, com valor de exposição total de R\$ 65 (sessenta e cinco mil reais), os quais tramitam, respectivamente, no Ceará, Pernambuco e Piauí. A redução da variação decorre do processo 0000296-03.2010.8.18.0064 que buscava o cancelamento do contrato de constituição de servidão e buscava uma indenização totalizando R\$ 331 (trezentos e trinta e um mil reais), atualmente o escritório classifica o risco desse processo em R\$ 3 (três mil reais).

17 Obrigações Especiais

	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações especiais vinculada (i)	8.284	8.708
	8.284	8.708

- (i) Os valores de obrigações especiais na demonstração financeira para uma melhor apresentação, foi absorvida do total do ativo imobilizado em serviço e na demonstração contábil regulatória para uma melhor apresentação das movimentações do imobilizado, foi mantido os registros das obrigações especiais em outros passivos não circulantes e no ativo imobilizado.

Composição destas obrigações:

Obrigações especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Total
Em Serviço				
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	(1.570)	436	(1.134)
Máquinas e equipamentos	3,71%	(10.239)	3.097	(7.142)
Móveis e utensílios	6,25%	(14)	6	(8)
Total		(11.823)	3.539	(8.284)

A movimentação ocorrida no exercício:

Obrigações especiais - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (a)-(b)+(c)	Amortização acumulada	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
Em serviço	(11.823)	-	-	-	(11.823)	-	3.539	(8.284)	(8.708)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(1.570)	-	-	-	(1.570)	-	436	(1.134)	(1.186)
Máquinas e equipamentos	(10.239)	-	-	-	(10.239)	-	3.097	(7.142)	(7.513)
Móveis e utensílios	(14)	-	-	-	(14)	-	6	(8)	(9)
Total	(11.823)	-	-	-	(11.823)	-	3.539	(8.284)	(8.708)

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 318.462 (trezentos e dezoito milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil reais) dividido em 318.462 (trezentos e dezoito milhões, quatrocentos e sessenta e duas mil) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

	2023 e 2022
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holding Limited	<u>0,01%</u>
	<u><u>100%</u></u>

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício societário, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

c. Lucros / (prejuízos) acumulados

Conforme demonstrado na nota explicativa 7, as diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias impactam diretamente na apuração do resultado da Companhia resultando num lucro acumulado de R\$ 2.605 (dois milhões, seiscentos e cinco mil reais) em 31 de dezembro de 2023 e um prejuízo acumulado de R\$ 20.840 (vinte milhões, oitocentos e quarenta mil reais) em 31 de dezembro de 2022 nas demonstrações financeiras regulatórias.

d. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

19 Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta (i)	<u>56.284</u>	<u>33.939</u>
Receita de rateio de antecipação	(756)	(806)
Receita de encargos de transmissão	36.655	26.461
Recuperação de PIS e COFINS	4.319	3.123
Receita de novas obras RBNI	12.888	5.907
Parcela de ajuste do ciclo anterior	246	(930)
Indisponibilidade de equipamentos	152	(1.454)
Descontos Incidentes na TUST	2.780	1.634
Outras receitas de operação	-	4
Deduções da receita operacional	<u>(6.868)</u>	<u>(4.378)</u>
PIS	(921)	(567)
COFINS	(4.244)	(2.613)
P&D	(494)	(296)
RGR	(1.055)	(785)
TFSEE	(154)	(117)
	<u><u>49.416</u></u>	<u><u>29.561</u></u>

(i) Variação referente ao reajuste do ciclo realizado em julho/2022.

20 Custo da operação e construção

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(7.160)	(6.648)
Material (i)	(1.436)	(9.484)
Serviços de terceiros	(1.046)	(1.723)
Arrendamentos e aluguéis	(104)	(78)
Seguros	(108)	(89)
Tributos	(15)	(6)
Depreciação e amortização	(11.159)	(9.581)
Outros	(1.059)	(761)
	<u>(22.087)</u>	<u>(28.370)</u>

- (i) Variação refere-se substancialmente na baixa do adiantamento do projeto de reforço para instalação da compensação série de 240Mvar da linha de transmissão 500Kv de São João do Piauí Milagres II que foi cancelado em 2022.

21 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal (i)	(2.005)	(2.944)
Material	(53)	(80)
Serviços de terceiros	(381)	(586)
Arrendamentos e aluguéis	(119)	(108)
Provisão	(2)	(135)
Tributos	(89)	(6)
Depreciação e amortização	(23)	(22)
Ajuste de inventário	576	18
Despesas indedutíveis	-	(5)
Outras	(226)	(220)
	<u>(2.322)</u>	<u>(4.088)</u>

- (i) Variação refere-se principalmente ao rateio 699 através do contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos que com a inclusão das empresas XRTE e STE, gerou uma redução neste grupo.

22 Despesas com pessoal

Pessoal - operação	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	(4.441)	(4.269)
Encargos	(1.569)	(1.448)
Previdência Privada	(66)	(55)
Outros Benefícios - Corrente	(1.071)	(842)
Outros	(13)	(34)
	<u>(7.160)</u>	<u>(6.648)</u>

Pessoal - administração	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Remuneração	(866)	(1.154)
Encargos	(290)	(444)
Previdência Privada	(20)	(67)
Benefícios	(161)	(214)
Outros	(61)	(260)
Administradores	(606)	(805)
	<u>(2.005)</u>	<u>(2.944)</u>
	<u>(9.165)</u>	<u>(9.592)</u>

23 Outras receitas / (despesas) operacionais líquidas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Renda da Prestação de Serviços (i)	-	1.784
Tributos sobre a Receita (i)	-	(261)
Pessoal	(130)	(184)
Depreciação e amortização	(197)	(175)
Serviços de terceiros	(37)	(163)
Outros	(245)	(187)
	<u>(609)</u>	<u>814</u>

- (i) Variação refere-se na redução da receita de CPSOM da Companhia com a Casa dos Ventos devido ao encerramento dos serviços em maio de 2022.

24 Resultado financeiro

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita financeira	<u>3.516</u>	<u>1.730</u>
Receitas de aplicações financeiras (i)	3.602	1.640
Outras receitas financeiras	82	178
Tributos sobre receitas financeiras	(168)	(88)
Despesa financeira	<u>(32)</u>	<u>(188)</u>
Outras despesas financeiras	(32)	(188)
	<u>3.484</u>	<u>1.542</u>

- (i) Variação refere-se a rendimentos sobre aplicação financeira em função do aumento de valores aplicados no exercício de 2022 referente a sobra de caixa conforme mencionado na nota explicativa 8.

25 Conciliação de Imposto de renda e contribuição social (Lucro Real)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	44.632	10.197
Adições/Exclusões não dedutíveis	(218)	1.224
Ajustes ICPC 01	(19.854)	(14.981)
Juros s/ Capital Próprio	(2.471)	-
Outros	(869)	(510)
Lucro Real	21.220	(4.070)
Compensação PF/BN (30%)	(6.366)	-
Lucro Real (Após Compensação)	14.854	(4.070)
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(3.689)	-
Inc. Fiscais	3.689	-
CSLL (9%)	(1.392)	-
IR e CS correntes	(1.392)	42
IR e CS diferidos	(3.045)	745
	(4.437)	787

26 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

26.1 Ativo

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas	<u>3.549</u>	<u>2.657</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	3.549	2.628
Intercompany ETEE - Despesas de pessoal	-	29

26.2 Passivo

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores/empréstimos - partes relacionadas	<u>3.022</u>	<u>2.017</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	988	864
Serviços de engenharia CET Brazil (iv)	2.033	1.143
Intercompany ACTE - Despesas gerais	-	10
Intercompany ETIM - Pagto de impostos	1	-

26.3 Resultado

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado - partes relacionadas	<u>6.922</u>	<u>5.079</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	7.034	5.316
Despesa de aluguel (ii)	(112)	(105)
Serviços de engenharia SGSE (iii)	-	(132)

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em abril de 2022,

através do despacho N° 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas, o que explica a variação no exercício de 2022.

- (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.
- (iii) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“SGSE”) é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. Em Dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato com a SGSE para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D para o período de 2023 a 2022.
- (iv) Variação refere-se basicamente a serviços prestados pela CET Brazil correspondente a 1ª medição EPC do projeto Milagres II.

26.4 Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	264	312
Benefícios diretos e indiretos	45	55
Encargos	130	185
Provisões (13 salário, férias e bônus)	167	253
Valor total da remuneração	606	805

- (*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e Bônus.

27 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 27.1 não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

27.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	8	42.929	17.791
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas	26	3.549	2.657
Concessionárias e permissionárias	9	13.160	3.685
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores – terceiros	13	6.662	3.646
Fornecedores - partes relacionadas	26	3.022	2.017

27.2 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. *Riscos de mercado*

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. *Riscos de taxa de juros*

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

Efeito em Reais	31/12/2023	31/12/2022
------------------------	-------------------	-------------------

Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	42.929	17.791
Contas a receber partes relacionadas	3.549	2.657
Concessionária e Permissionárias	13.160	3.685

c. Riscos cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d. Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento da garantia dos contratos.

e. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

28 Gestão de capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

29 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração contábil regulatória, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2023	31/12/2022
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000	20.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	100.904	100.904
Veículos	Carros	1.012	865
		121.916	121.769

30 Compromissos assumidos

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo a pagar em 31 de dezembro de 2023, refere-se ao montante total de R\$ 8.109 (oito milhões, cento e nove mil reais). Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
IRTE-PM-2020-3719	CET	EPC para IRTE-Milagres II	30/12/2020	4.760
IRTE-PM-2021-4081	GE	IPARO do EPC para IRTE-Milagres II - Disjuntores e Chaves Secc	07/06/2021	432
IRTE-PM-2021-4000	Marte	IPARO do EPC para IRTE-Milagres II - Projeto Executivo	28/04/2021	126
IRTE-PM-2021-4321	Better Systems	IPARO - Construção e Montagem	11/08/2021	299
IRTE-PM-2021-4328	GE - SPCS	IPARO - SPCS	23/08/2021	355
IRTE-PM-2021-4485	Fiberx	IPARO - Telecom	29/10/2021	316
IRTE-PM-2021-5092	Riseline	IPARO - disc isoladores	07/12/2021	83
IRTE-PM-2022-6152	Sercamp	IPARO - desmontagem e montagem de reatores	17/05/2022	480
IRTE-PM-2022-5878	Fiberx CFTV	IPARO - CFTV	27/07/2022	14
GSTE - 001/2020	Giovanni Sanguinetti	CCI GSTE x IRTE	30/11/2020	224
PO-009434	Extimac	Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico	17/12/2021	3
IRACEMA-PM-2017-2222	Nari	Contrato EPC para IRTE- Cural Novo II	27/12/2013	992
IRACEMA-PM-2017-2222	Bureau Veritas	Inspeção	28/08/2021	25
				8.109

Ramon Sade Haddad	Jorge Bauer	Mariana de Oliveira Barbosa
Diretor Presidente	Diretor	Contadora - CRC RJ - 103573/O-2